

NICOLAO DINO NETO
NEY BELLO FILHO
FLÁVIO DINO



**CRIMES E INFRAÇÕES
ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS**
3^a edição

Revista e atualizada até a Lei 12.408, de 25 de maio de 2011.

Ao Juiz Mário Campbell
Moraes que - ontem no Parque
e hoje no Judiciário - faz do
Justo pelo Direito a melhor Tribunal
para efetivação da Justiça.



Belo Horizonte
2011

BRASIL, FEDERAÇÃO DE ESTADOS DA AMÉRICA LATINA
BIBLIOTECA DO TRIBUNAL

SUMÁRIO

Prefácio à primeira edição	xv
Apresentação.....	xvii
Nota à terceira edição	xix
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1
Art. 1º	1
Art. 2º	1
I – Considerações gerais.....	1
II – A previsão do Código Penal	5
III – Responsabilidade por omissão relevante.....	9
1. Crime comissivo por omissão.....	10
2. Crime comissivo por omissão culposa	14
Art. 3º	16
I – Considerações gerais.....	17
II – Histórico.....	25
III – perfil constitucional.....	33
IV – Conceito e Natureza Jurídica	44
V – Caracterização da Responsabilidade	46
VI – A Pessoa Jurídica de Direito Público	50
VII – A Lei de Patrimônio Genético	53
VIII – Coautoria	54
IX –Autonomia da responsabilidade penal da pessoa jurídica	55
Art. 4º	59
I – Considerações gerais	59
Art. 5º	62
CAPÍTULO II – DA APLICAÇÃO DA PENA	63
Art. 6º	63
I – Considerações gerais.....	63
II – A gravidade do fato	64
III – Saúde pública e meio ambiente	65
IV – Antecedentes do infrator.....	65
V – Situação econômica	66

Art. 7º	68
I – Considerações gerais.....	68
II – Penas restritivas de direitos: espécies e critérios para sua aplicação	70
III – A aplicação das penas restritivas de direitos e os critérios gerais do Código Penal.....	71
IV – Critérios para substituição	72
V – O elenco das penas restritivas de direitos.....	73
Art. 9º	74
I – Considerações gerais.....	74
Art. 10	76
I – Considerações gerais.....	76
II – Critérios para aplicação da pena.....	78
Art. 11	80
I – Considerações gerais.....	80
Art. 12	82
I – Considerações gerais.....	82
Art. 13	84
I – Considerações gerais.....	85
Art. 14	86
Art. 15	87
Art. 16	91
Art. 17	92
Art. 18	92
Art. 19	93
Art. 20	94
Art. 21	96
Art. 22	99
I – Suspensão de atividades.....	99
II – Interdição de estabelecimento, obra ou atividade.....	100
III – Proibição de contratar com o Poder Público	101
Art. 23	103
I – Custeio de programas e de projetos ambientais	103
II – Execução de obras de recuperação de áreas degradadas.....	103
III – Manutenção de espaços públicos	104
IV – Contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.....	104
Art. 24	105

CAPÍTULO III – DA APREENSÃO DO PRODUTO E DO INSTRUMENTO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA OU DE CRIME	107
Art. 25	107
 CAPÍTULO IV – DA AÇÃO E DO PROCESSO PENAL	111
Art. 26	111
I – Considerações gerais	111
II – O problema da legitimidade de associações civis	112
III – O veto ao parágrafo único	112
IV – Competência	114
1. A trilogia bens, serviços e interesse, prevista no art. 109, IV, CF – aspectos gerais	115
2. Outros aspectos específicos da competência criminal	121
2.1 Crimes contra a fauna	121
2.1.1 Pesca predatória	125
2.2 Crimes contra a flora	129
2.3 Ecossistemas erigidos à condição de patrimônio nacional	133
2.4 Exploração de recursos minerais	136
2.5 Poluição	138
2.6 Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	139
2.7 Crimes contra a Administração Ambiental	140
2.8 Crimes previstos em tratado ou convenção internacional	140
2.9 Crimes conexos	141
Art. 27	142
I – Considerações gerais	142
II – Crimes ambientais de menor potencial ofensivo	144
III – Aplicação imediata da pena – condições	147
Art. 28	148
I – Considerações gerais	149
II – Disposições relativas aos crimes ambientais	152
 CAPÍTULO V – DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE	155
I – Considerações gerais	155
II – É legítima a tutela penal do meio ambiente?	155
III – O fenômeno da tipicidade	159
IV – A construção dos tipos penais ambientais	160
V – Tipos abertos e normas penais em branco	163

VI – A relação de dependência entre o direito penal ambiental e o direito administrativo:da mitificação à realidade.....	165
VII – Crimes de dano e crimes de perigo	171
VII.1 A sociedade de risco e o direito penal de riscos.....	173
SEÇÃO I – DOS CRIMES CONTRA A FAUNA	178
Art. 29	178
I – Considerações gerais.....	179
II – A Fauna	181
III – A Caça	183
IV – O Tipo penal.....	187
V – Outras condutas puníveis	191
VI – Perdão Judicial	195
VI – Crimes qualificados contra a fauna.....	197
VII – Inaplicabilidade à pesca.....	201
Art. 30	202
I – Considerações gerais.....	202
II – O Tipo Penal	204
Art. 31	206
I – Considerações gerais.....	206
II – O Tipo Penal	208
III – Crime de Descaminho	209
Art. 32	210
I – Considerações gerais.....	210
II – O Tipo Penal	213
III – Criminalização da Atividade Científica	218
Art. 33	219
I – Considerações gerais.....	219
II – O Tipo Penal	221
III – Tipos Assemelhados	222
Art. 34	223
I – Considerações gerais.....	223
II – O Tipo Penal	224
III – Tipos Penais Assemelhados	225
Art. 35	226
I – Considerações gerais e Tipo Penal.....	226
Art. 36	227
I – Considerações gerais.....	227
Art. 37	228
I – Considerações gerais.....	228

SEÇÃO II – DOS CRIMES CONTRA A FLORA	230
Art. 38	234
I – Florestas de preservação permanente	234
II – Áreas de preservação permanente e possibilidade de supressão	238
III – Análise do tipo	244
Art. 38-A	246
I – Considerações gerais	246
II – Análise do tipo	247
Art. 39	249
I – Análise do tipo	249
Art. 40	251
Art. 40-A	252
I – Unidades de conservação	252
II – Unidades de conservação à luz da Lei 9.985/2000	256
III – Análise do tipo	261
IV – Outras implicações da Lei 9.985/2000	263
Art. 41	265
I – Análise do tipo	265
II – Concurso de crimes	266
III – Confronto com o art. 250, CP	267
Art. 42	267
I – Análise do tipo	268
Art. 43	269
Art. 44	269
I – Análise do tipo	269
Art. 45	272
I – Considerações gerais	272
II – Análise do tipo	273
Art. 46	274
I – Análise do tipo	274
II – Licença x autorização	276
III – Transporte de madeira e outros produtos florestais	277
Art. 47	277
Art. 48	277
I – Análise de tipo	278
Art. 49	279
I – Considerações gerais	279
II – Análise do tipo	280
Art. 50	281
I – Considerações gerais	281
II – Análise do tipo	283

Art. 50-A	283
I – Considerações gerais.....	284
II – Exclusão de ilicitude.....	287
Art. 51	288
I – Análise do tipo	289
II – Confronto com o crime do art. 39	290
Art. 52	290
I – Análise do tipo	291
II – Subsidiariedade.....	292
Art. 53	292
I – Considerações gerais.....	293
II – Causas de aumento do inciso I.....	293
III – Causas de aumento do inciso II.....	295
SEÇÃO III - DA POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS	297
Art. 54	297
I – Introdução	297
II – Conceito de Poluição.....	298
III – Tipos de Poluição.....	300
IV – A conduta típica (tipo objetivo)	316
V – Elemento Subjetivo	319
VI – Outras Características	319
VII – Tipos Penais Assemelhados	320
VIII – Poluição Qualificada.....	326
IX – A criminalização da ausência de medidas de precaução	334
X – Conclusão.....	336
Art. 55	336
I – Considerações gerais.....	337
II – O Tipo Penal	340
III – O artigo 2º da Lei 8.176, de 08 de fevereiro de 1991	342
IV – Ausência de Recuperação da Área Degradada	343
Art. 56	344
I – Considerações gerais.....	345
II – Tipo Penal	346
III – Condutas do § 1º	347
IV – Utilização de substância nuclear ou radioativa	350
V – Crime Culposo	352
Art. 57	352
Art. 58	352
I – Considerações gerais.....	352
II – Dano irreversível à flora e ao meio ambiente em geral	354

III – Lesão corporal de natureza grave em outrem	354
IV – Morte de outrem.....	355
V – Reserva do crime mais grave.....	356
Art. 59	357
Art. 60	357
I – Considerações gerais.....	357
II – O tipo penal.....	357
Art. 61	359
I – Considerações gerais.....	359
II – O tipo penal.....	360
SEÇÃO IV – DOS CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	361
I – Considerações gerais.....	361
II – A proteção do patrimônio cultural e sua origem – competência.....	363
III – A localização do bem	364
Art. 62	364
I – Análise do tipo	365
II – A especial proteção e suas formas.....	366
III – Concurso de crimes	374
Art. 63	375
I – Análise do tipo	375
Art. 64	377
I – Análise do tipo	377
II – Solo não edificável	378
III – Autorização: ausência; violação	379
IV – Inexigibilidade de tombamento.....	379
Art. 65	379
I – Considerações gerais.....	379
II – Análise do tipo	380
III – Confronto com o art. 328 do Código Eleitoral e com o art. 37 da Lei nº 9.504/97.....	383
SEÇÃO V – DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL	384
Art. 66	384
Art. 67	387
Art. 68	389
Art. 69	392
Art. 69-A	392

CAPÍTULO VI – DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	395	
Art. 70	395	
I – Considerações iniciais.....	395	
II – A responsabilização administrativa – sanção administrativa	399	
III – infrações administrativas e o princípio da legalidade	403	
IV – Infrações objetivas e subjetivas.....	410	
V – Infração administrativa ambiental. Auto de infração.		
Competência	415	
VI – Direito de Petição	441	
VII – Atuação administrativa: poder-dever	442	
VIII – O devido processo legal.....	443	
Art. 71	444	
Art. 72	449	
I – Considerações gerais.....	450	
II – Concurso de infrações	453	
III – A pena de advertência	454	
IV – Multa Simples.....	455	
V – A multa diária	458	
VI – Apreensão dos produtos	459	
VII – Outras sanções administrativas (incisos VI a IX).....	464	
VIII – Sanções restritivas de direito.....	466	
Art. 73	467	
Art. 74.....	468	
Art.75.....	468	
Art. 76	469	
CAPÍTULO VII – DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE		473
Art. 77	473	
Art. 78	474	
I – Considerações gerais	474	
CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	479	
Art. 79	479	
Art. 79-A	480	
Art. 80	484	
Art. 81	484	
Art. 82	484	
Bibliografia	485	